

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SABRINA NUNES CORDEIRO

AUTORIDADE, EDUCAÇÃO E PODER SEGUNDO HANNAH ARENDT

CURITIBA

2017

SABRINA NUNES CORDEIRO

AUTORIDADE, EDUCAÇÃO E PODER SEGUNDO HANNAH ARENDT

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Filosofia da Educação: Ética, Política e Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
Prof. Udo Moonsburger

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

SABRINA NUNES CORDEIRO

AUTORIDADE, EDUCAÇÃO E PODER SEGUNDO HANNAH ARENDT

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista,
Curso de

Especialização em Filosofia da Educação: Ética, Política e Educação, Universidade

Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca
examinadora:

Prof. Dr. Udo Moonsburger

Orientador – Departamento de Filosofia - UFPR

Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro

Departamento de Filosofia – UFPR

Prof. Dra. Karen Franklin da Silva

Departamento de Filosofia - UFPR

Curitiba, 2017

Agradecimentos

Dedico ao professor Udo que incentivou a escrita desse trabalho e agradeço pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço imensamente a Karine Ladeira pelo apoio, pela amizade e pelas reflexões sobre a vida docente.

Agradeço à pessoa que proporcionou esse trabalho e que me fez apaixonada por Hannah Arendt, professora Beatriz.

Ao meu marido pela paciência e amor.

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele.” (ARENDR, 2009:247)

RESUMO

O presente trabalho busca distinguir o termo autoridade do conceito de poder, utilizando as definições da autora Hannah Arendt, presentes na obra *Entre o passado e o futuro* (2009). Além disso, mostrar como as perdas de autoridade e tradição (segundo a denominação romana) influenciaram a crise na política que eclodiu na metade do século XX e como, posteriormente, isso refletiu em áreas pré-políticas como família e, principalmente, na educação, resultando em uma instituição escolar politizada e massificada. Nessa educação de massa, a reflexão partirá do conceito debatido por Erving Goffman, na obra *Manicômios, prisões e conventos* (2005), na qual ele expõe algumas características das instituições totais, as quais podem se transpostas para a escola. Como o fato de haver castigos por desobediência às regras no sistema do privilégio que vê o sujeito como algo que está fora do sistema. Na escola, o sistema que qualifica, exclui e equaliza a transforma em uma instituição malsucedida.

Palavras-chave: Hannah Arendt; autoridade; poder; educação.

ABSTRACT

The present work will expose the difference between authority concept and power concept, using definitions by authoress Hannah Arendt, featured in the book *Between past and the future* (2009). Furthermore, to show how the losses of authority and the tradition (according roman definition) influenced political crisis that starts in the middle of 20 th century and, afterward, this to act upon pre-politics areas likes family and especially an education resulting in a political and massed school. In this massed education, the reflexion concept currently in the book *Asylums* (2005) wrote by Erving Goffman that shows total institutions can be thought out for to school. Like the fact that there are punishments for disobeying the rules in the privilege system that sees the subject as something that is outside the system. At school, the system that qualifies, excludes, and equalizes makes it an unsuccessful institution.

Keywords: Hannah Arendt; Authority; power; education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CONTEXTO HISTÓRICO.....	11
2.1 CONCEITO DE TRADIÇÃO, AUTORIDADE E PODER.....	14
3. ÁREAS PRÉ-POLÍTICAS NA VIDA SOCIAL.....	22
3.1 TRÊS MEDIDAS DA CRISE NA EDUCAÇÃO.....	23
4. CONCEITO DE MASSA.....	27
5. CONCLUSÃO.....	32
6. REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Entre o passado e o futuro (1972) foi a primeira obra publicada no Brasil, da autora Hannah Arendt. Nesta, encontram-se os textos “O que é autoridade?” e “Crise na Educação”, nos quais a autora aborda questões sobre qual seria o conceito de autoridade, segundo a perspectiva romana e como eclodiu a crise na educação.

Segundo Arendt (2009), nós desconhecemos o conceito de autoridade no campo político, pois as experiências ao longo do tempo foram de poder e não de autoridade. O exemplo dessa confusão de conceitos e o auge dessa não experiência aconteceram durante a Segunda Guerra Mundial, nos governos nazistas, quando o poder e a violência, forma extremada de poder, tomaram por completo a esfera política.

A crise na educação, de acordo com Arendt (2009), seria um reflexo da crise na política que não experienciou a autoridade. Um dos fatores que também contribuiu para a crise foi a massificação do sistema de ensino.

Para demonstrar quais acontecimentos incentivaram essa forma de educação, o presente trabalho iniciará o primeiro capítulo traçando o contexto histórico, no qual Hannah Arendt apresenta onde surgiu o conceito de autoridade e como ele se perdeu. Posteriormente, serão diferenciados os conceitos de autoridade e tradição, além de poder.

O segundo capítulo iniciará abordando as áreas pré-políticas da vida social e sobre a responsabilidade na educação das crianças por serem elas recém-chegadas ao mundo adulto. Depois serão apontadas as medidas que ocasionaram a crise na educação, na concepção de Arendt.

E por último será discutida a concepção de massa apresentada pela autora em outra obra *Origens do Totalitarismo* (2012), pois essa definição se relaciona com a escola moderna e, para transpor para outras instituições sociais, inclusive a instituição escolar, será utilizada a obra *Manicômios, Prisões e Conventos* (2005), de Erving Goffman, na qual apresenta o funcionamento das instituições totais para mostrar os processos de massificação dos indivíduos que são colocados nesses lugares. Mesmo a escola atual não sendo uma esfera totalmente fechada, esses processos se aplicam a ela, porque é um mundo à parte do espaço adulto,

artificializado que controla e padroniza os comportamentos de pessoas em grande escala.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Segundo Eduardo Jardim (2011: 10) “A Era Moderna foi marcada por várias rupturas que a fizeram diferente de tudo que ocorrera antes na história do Ocidente”. Com essa afirmação, o autor enfatiza as transformações que romperam valores, instituições e crenças que se tornam ainda mais evidentes na modernidade. Para Hannah Arendt, “Superficialmente falando, a perda da crença em existências futuras é politicamente, senão espiritualmente, a distinção mais significativa entre o presente período e os séculos precedentes. E essa perda é definitiva”. (ARENDR, 2009: 180). Ou seja, até não acreditar em vida pós-morte (visão vinculada à igreja) alterou a visão do futuro e a perspectiva do mesmo. As modificações são mais perceptíveis, quando se observam as instituições sociais que na Idade Moderna deixaram de estar protegidas do mundo da política, entre elas Educação e a Família, como demonstra Arendt. Portanto, essa época é uma espécie de experiência que está (des) construindo a sociedade, por remodelar e desfazer conceitos e crenças.

A Educação e a Família foram as últimas a serem atingidas pela falta de autoridade, segundo Arendt. De acordo com a filósofa (2009), a crise na educação, por exemplo, atingiu o auge durante a 2ª Guerra Mundial, quando se perdeu o discernimento entre política, totalitarismo, autoritarismo e violência. Contudo, o conceito de autoridade na visão romana já era desconhecido por nós. Logo, se existe uma crise nesses alicerces, Educação e Família, começa-se a questionar a tradição, e a se considerar apenas o presente e o moderno, diluindo a história e os conhecimentos construídos ao longo da história. Portanto, temos um mundo político e social sem parâmetros de fundação e de tradição (passado).

É como se para tornar a experiência de vida mais significativa em meio a tantas transformações, fosse necessário considerar apenas o presente. Portanto, a sociedade moderna fica como um lugar no qual “o concreto” não tem uma base sólida para se edificar e as experiências vividas no presente acabam não considerando a tradição e o passado como importantes. Essa constatação é exemplificada, quando Arendt mostra a visão tradicional e de costumes do Velho Mundo (Europa) e a América que ainda estava sendo desbravada, considerando que a crise da falta de autoridade na educação se agravou através de uma educação politizada na América.

Segundo a autora, “O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação.” (ARENDR, 2009:128). Então, o que sempre sustentou a sociedade começa a deixar de existir. Isto posto, a relação entre os adultos e os recém-chegados ao mundo se modifica, porque sem um passado e uma tradição a educação fica à mercê das novas pedagogias, das crianças e do novo.

Quando Hannah Arendt pontua em seu texto *Crise na educação*, presente na obra *Entre o passado e o futuro* (2009) os problemas que a Modernidade vem enfrentando em relação à educação, ela faz essa discussão mais precisamente na metade do século XX. A filósofa aponta a América como um lugar no qual teria surgido a crise na educação, pois o sistema de ensino era diferente na Europa, porque a América foi e continua sendo, de acordo com Arendt, uma terra de imigrantes, que outrora teve a intenção de tornar a todos cidadãos americanos e os conferir igualdade em seu contexto histórico. Os EUA foram fundados com a “sua relação com o mundo exterior que caracterizou-se desde o início pelo fato de esta república, que planejava abolir a pobreza e a escravidão, ter dado boas-vindas a todos os pobres e escravizados no mundo” (ARENDR, 2009:224).

Por meio da independência e do desejo de tornar todos americanos, a forma encontrada na política, para torná-los cidadãos foi através da educação, pela qual tiveram acesso a um sistema massivo e politizado. E esses critérios de politização vêm de uma prática moderna que eliminou e elimina o registro de autoridade. O que havia iniciado mais radicalmente nos E.U.A. terminou inundando todo o mundo.

A transformação dos lugares de autoridade nas áreas pré-políticas (Educação e Família) começam a aparecer mais, segundo Hannah Arendt, quando o Novo Continente começa a se formar e tem uma nova concepção de costumes, tradições e, conseqüentemente, uma nova composição social. O que era muito diferente do que se vivia e se via no Velho Mundo, na Europa.

O que a filósofa destaca é que nessa transformação social,

A América não é simplesmente um país colonial carecendo de imigrantes para povoar a terra, embora independa deles em sua estrutura política e na estrutura psíquica do país. Para a América o fator determinante sempre foi o lema impresso em toda nota de dólar – *Novus Ordo Seclorum*, Uma Nova Ordem do Mundo. (ARENDR, 2009:224)

A América não apenas era um jovem continente em formação, mas uma forma de vida que queria transformar aquela sociedade e dar as possibilidades para as pessoas se tornarem americanas.

Assim, o presente e o novo têm um espaço nunca antes visto. Se a autoridade e a tradição estavam em colapso na política, mesmo no Velho Mundo, no Novo Continente ela se instaura como um projeto político, com muito menos barreiras, atingindo outras áreas na quais a autoridade ainda apresentava resquícios (se considerarmos a conceituação arendtiana) como as áreas pré-políticas.

Então, “em parte alguma os problemas educacionais de uma sociedade de massas se tornaram tão agudos, e em nenhum outro lugar as teorias mais modernas no campo da Pedagogia foram aceitas tão servil e indiscriminadamente.” (ARENDR, 2009:228). Quando a autora aponta essa aceitação das “pedagogias” dentro da educação, ela denota a América que se sujeitou as mais diferentes formas de educação justamente pela falta de tradição e fundação. Mesmo o pragmatismo, uma corrente educacional que considerava a autonomia da criança como algo fundamental para o seu desenvolvimento, muito comum na escola estadunidense, acabava recusando a responsabilidade dos adultos em preservar o mundo das crianças e as crianças do mundo. A forma como a educação era pensada não protegia o mundo, a tradição, como deveria ser feito na educação.

Com essa premissa, a educação começa de uma maneira diferente, não recebendo os seres vindos ao mundo e os concebendo na tradição. Mas com uma educação que os estavam tornando responsáveis pelo novo, fazendo-os vivenciar ingenuamente um mundo sem referências, sem autoridade. Tendo em vista essa perspectiva, a autora declara que

Quem desejar seriamente criar uma nova ordem política mediante a educação, isto é, nem através de força e coação, nem através da persuasão, se verá obrigada a pavorosa conclusão platônica: o banimento de todas as pessoas mais velhas do Estado a ser fundado. (ARENDR, 2009:225)

Nesse trecho, Arendt retoma a sua interpretação de Platão, colocando a política e a educação como maneiras inviáveis de continuação da tradição sem a autoridade e sem as pessoas responsáveis pela permanência dessa tradição. Sem esses elementos cria-se, portanto, um novo mundo que desconsidera as pessoas que deveriam ser responsáveis na recepção e na educação de novos membros na sociedade. Para Arendt a “essência da educação é a natalidade, o fato de que

seres nascem para o mundo” (2009:223). Nada mais importante do cuidar e educar as crianças para que elas perpetuem a condição humana. Ou seja, elas devem ser preparadas para o mundo adulto e este deve recebê-las através da educação.

2.1 CONCEITO DE TRADIÇÃO, AUTORIDADE E PODER

Através do seu texto, Arendt (2009) demonstra que a *tradição* seria uma espécie de ascensão sobre os vivos atribuída a vários elementos do passado. Ou seja, mesmo que o presente se transforme, existe algo que sempre é transposto de geração em geração, como algumas condutas sociais. Arendt define a *tradição* como “o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado; esse fio, porém, foi também a cadeia que aguilhou cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado.” (ARENDR, 2009: 130). A tradição colocada pela autora seriam costumes, textos, leis que vão além dos sujeitos do presente, que permanecem ao longo do tempo.

A filósofa afirma que com a crise está perdendo-se a profundidade do nosso mundo e a densidade da vida, tudo isso devido à perda da própria memória,

Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido- pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderia perder – significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana. (ARENDR, 2009: 131)

Sem a tradição não se tem mais a conexão com uma memória mais humana, que orientaria e daria um viés muito mais profundo na relação com o mundo. É como se os novos membros da sociedade não tivessem um referencial no mundo para dar continuidade à tradição humana. Pois, nem os *autorizados* para a função teriam a capacidade, isto é, as pessoas com autoridade, como políticos, pais e, considerando-se a educação formal, os professores, de se responsabilizar pela educação.

O conceito que irá consolidar a tradição é a autoridade. Esta, por sua vez, é concedida as pessoas que precisam ser responsáveis na preservação do mundo. Para definir o que seria essa autoridade desmontada que atingiu o auge no século passado, a filósofa declara que como

um alicerce no passado como sua inabalada pedra angular, deu ao mundo a permanência e a durabilidade de que os seres humanos necessitam precisamente por serem mortais (...) sua perda é equivalente à perda do fundamento do mundo, que, com efeito, começou desde então a mudar, a se modificar e transformar com rapidez.(ARENDR, 2009: 131).

Desse modo, a instabilidade que se vê e se teoriza nos dois últimos séculos, provavelmente seriam consequências da falta de autoridade e da perda da tradição, segundo as considerações que a filósofa apresenta.

Para definir o conceito de autoridade, que Hannah Arendt afirma ser desconhecido por nós, por estar ausente da nossa experiência política, a autora relembra que este deriva da Roma Antiga e, mais precisamente, do plano político romano, o que contraria às nossas referências de política que são de maioria grega. A definição de autoridade não existia na Grécia Antiga, porque a *polis grega*, na verdade, era um simulacro dessa autoridade romana que Platão, por exemplo, tentou apontar em diversos textos, como *A república*, *Fédon* e *Górgias*, segundo Arendt.

Em Roma, diferente da Grécia, existia uma ligação muito maior com a história, a terra e o passado, além de outra conceituação de autoridade. No território romano, “A religião e a atividade política eram praticamente idênticas”, de acordo com Arendt (2009:163), relacionando-se a terra e as novas comunidades que eram fundadas para a eternidade. Fundação é o termo mais importante para se tentar delinear o conceito que a autora tenta resgatar. Uma vez que, para fundar algo é necessário ter uma base sólida e tão remota que a torna praticamente inquestionável. Nas raízes do conceito de autoridade a filósofa aponta que

A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, “aumentar”, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação. Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres*, os quais obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras, os antepassados chamados pelos romanos de maiores. (ARENDR, 2010:164)

Substancialmente diferente do que se entende da palavra autoridade na modernidade, o parâmetro romano era baseado principalmente no passado e na concepção de aumentar e não de diminuir as consolidações já realizadas pela história humana.

A crise do mundo atual é basicamente de natureza política, e que o famoso “declínio do Ocidente” consiste fundamentalmente no declínio da trindade romana da religião, tradição e autoridade, com o concomitante solapamento das fundações especificamente romanas de domínio político, então as revoluções da época moderna parecem gigantescas tentativas de reparar essas fundações, de renovar o fio rompido da tradição e de restaurar, mediante a fundação de novos organismos políticos, aquilo que durante tantos séculos conferiu aos negócios humanos certa medida de dignidade e grandeza. (ARENDR, 2009:185)

O declínio citado por Hannah Arendt está relacionado com a forma como as mudanças da Modernidade atingiram a Igreja Católica desconstruindo a trindade romana ao longo do tempo.

Além de perder nesse conceito, a ideia de fundação e também de tradição, a ele foram agregadas outras características, as quais fazem do entendimento do termo autoridade ser totalmente distinto do proposto por Hannah Arendt. A crise que essa confusão originou rompeu em tentativas de implantar outras formas de governo ou de consertar a educação.

Na maior parte do tempo, como o estudioso Vitor Henrique Paro aponta, a autoridade é vista por muitas pessoas como “termo, geralmente utilizado de modo impreciso e vago, e muitas vezes, empregado como simples sinônimo de poder.” (PARO, 2005:39). Como de poder e autoridade fossem o mesmo conceito. Para entender o momento histórico o qual Arendt vivenciou e que ainda é vivido hoje, é necessário perceber como distinguimos esses conceitos.

Segundo a autora, que utiliza sistemas de governo para diferenciar a autoridade de tirania, por exemplo, há características que se aproximam dos dois sistemas, mas que são distintas. Enquanto na tirania existe uma predominância da vontade própria do governante, um governo autoritário precisa de leis para existir. Arendt destaca “o tirano governa de acordo com seu próprio arbítrio e interesse, ao passo que mesmo o mais draconiano governo autoritário é limitado por leis” (ARENDR, 2009:134). Isto é, um governo autoritário não pode ser baseado nas necessidades de quem governa.

A autoridade é vista por Hannah Arendt como “algo superior”, uma espécie de herança, se interpretado mais livremente. Segundo Arendt

a origem da autoridade no governo autoritário é sempre uma força externa e superior ao seu próprio poder; é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua ‘autoridade’ – isto é, sua legitimidade- e em relação à qual seu poder pode ser confirmado. (ARENDR, 2009:134)

Assim, a autoridade não está fundada no próprio governante ou na pessoa que *quer ser autoritária*, mas no papel social e na legitimidade do mesmo. Por isso, é algo externo e, de certa forma, recebido por leis, constituições e instituições.

Outra diferença está na própria ideia do que seria o poder e o que seria a autoridade, que de acordo com a autora, “A autoridade, em contraposição ao poder (*potestas*), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos

presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos.” (ARENDDT, 2009: 164). Ou seja, o poder está apenas relacionado ao presente, na situação e em quem o tem, distinguindo-se da autoridade que “nasce” no passado e ecoa no presente, sendo transmutada para o contemporâneo.

Outra característica daqueles que “detêm autoridade é não possuir poder” (ARENDDT, 2009:164). E essa, talvez, seja a melhor definição do que seria “ter” autoridade, na visão arendtiana, porque mostra que é impossível conceber autoridade e poder segundo o princípio de possuir. Quando afirma que “os resultados da fala e da ação, não devem adquirir uma dignidade advinda de si próprios, mas se sujeitem ao domínio de algo exterior a seu âmbito” (ARENDDT, 2009:156), significa que a autoridade tem as raízes no passado e não se encontra na pessoa, não está por ela sendo usufruída como característica pessoal. Um exemplo possível seria pensar nas definições que se dão as pessoas que são autoritárias como seguras, enérgicas, rígidas e fortes. Isso não é autoridade, mas sim, poder.

E, na verdade, essa “força” que se acredita vir da pessoa com autoridade não está nela mesma, mas ligada ao que Arendt denomina, referindo-se ao que existia na república romana, de “força religiosamente coerciva.” (ARENDDT, 2009:165). Está fundada, portanto, em algo mais radical para os romanos. Arendt aponta essa característica como sendo “liames ‘religiosos’ que reatam os homens através da tradição.” (2009:167). Com essa definição, sem a tradição e o passado não é possível vivenciar a autoridade romana proposta pela autora.

Historicamente, a Igreja Católica sempre esteve relacionada ao poder político, pois assumiu o legado romano e o ligou ao elemento puramente religioso do cristianismo. Entretanto, na modernidade ela deixa de assumir a política para estar apenas ligada à religiosidade cristã.

Isso parece inevitável, desde que a secularidade do mundo envolve a separação das esferas religiosa e política da vida; sob estas circunstâncias, a religião está fadada a perder seu elemento político, assim como a vida pública a perder a sanção religiosa da autoridade transcendente. (ARENDDT, 2009:180)

A fundação política católica foi desmontada pelas transformações modernas que sempre estavam em oposição a Igreja, ficando mais próximas da ciência, por exemplo, do que da política.

A educação e política se contrapõem porque as relações governamentais são igualitárias, já que os sujeitos que assumem os cargos políticos são todos cidadãos e considerados iguais perante a lei. Diferente é da relação existente na educação na qual impera a hierarquia, pois os seres são distintos: alguns educadores outros educandos. Isso posto,

A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já são educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra “educação” soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem uso da força. (ARENDDT, 2009:225)

Não é possível educar adultos, pois eles já deveriam conhecer a tradição, a fundação e ter autoridade para exercer o seu papel social. Quando existe essa tentativa o objetivo é a coerção, como a própria autora aponta.

Arendt ressalva que diferenciar esses conceitos é difícil, porque não conhecemos a autoridade sem a ramificação de poder envolto nela, uma vez que não tivemos contato com outro tipo de autoridade sem ser essa.

no momento em que começamos a falar e a pensar acerca da autoridade, que é afinal de contas um dos conceitos centrais do pensamento político, é como se fôssemos apanhados em um labirinto de abstrações, de metáforas e figuras de linguagem. (ARENDDT, 2009:181)

Isso se dá porque a nossa concepção de política é muito conturbada e difusa em um emaranhado de conceitos arcaicos e modernos. Diante disso, na modernidade a autoridade não é vista como ponto principal da política e nem pertencente ao campo semântico dela. É tão distante esse conceito das discussões políticas que parece que nunca pertenceu a ele.

Outra característica do sistema político autoritário, utilizando-se o conceito romano de autoridade, é visualizá-la em formato de pirâmide. Ou seja, é necessário pensá-la como postula Arendt “como se o cimo da pirâmide não se estendesse até as alturas de um céu acima (ou, como no Cristianismo, além) da terra, mas nas profundezas de um passado terreno.” (ARENDDT, 2009:166). Assim, a autoridade não viria concebida de Deus, mas de um passado que é terreno humano e que transmite essa autoridade. Visto como um modo político que não depende do indivíduo propriamente, mas que a ponta máxima está submetido a algo muito maior e mais antigo.

Quando retornamos a esfera política, vemos uma tentativa de educar as pessoas, como se elas não possuíssem autoridade para governar, refutar e entender a própria política. O problema acontece porque existe uma desautorização de quem deveria prosseguir na tradição com a autoridade do mundo, ou seja, os políticos. Dessa maneira, Hannah Arendt pontua em relação à autoridade

só pode adquirir caráter educacional se se admite, com os romanos, que sob todas as circunstâncias os antepassados representam o exemplo de grandeza para cada geração subsequente, que eles são os *maiores*, por definição. Sempre que o modelo de educação através da autoridade, sem essa convicção fundamental, foi sobreposto ao reino da política (e isso sucedeu não poucas vezes, sendo ainda um esteio da argumentação conservadora), serviu basicamente para obscurecer pretensões reais ou ambiciosas ao poder, e fingiu querer educar quando na realidade tinha em mente de dominar. (ARENDR, 2009:161)

Nesse viés, a autoridade é retirada da política e vista apenas como o conhecimento em determinadas áreas. Com isso, além de ter sido mesclado a outros conceitos, ela saiu da área a que pertencia e “permaneceu” apenas nas áreas pré-políticas, como família e educação.

O que diferencia o poder de autoridade, quando se pensa na relação entre pessoa autoritária e o outro sem autoridade, é que quem concede autoridade à pessoa autoritária é o outro. Isto é, não é um professor, por exemplo, que coloca autoridade aos alunos, mas são os alunos que concedem autoridade ao professor. A relação da autoridade com poder é, muitas vezes, confundida com violência, porque segundo Hannah Arendt “se a violência preenche a mesma função que a autoridade – a saber, faz com que as pessoas obedeçam -, então violência é autoridade.” (ARENDR, 2010:140). Com isso, de acordo com a filósofa a autoridade acaba tornando-se “tudo aquilo que faz com que as pessoas obedeçam” (ARENDR, 2010:141). Na definição de Vitor Henrique Paro poder poderia ser visto “como capacidade de *agir sobre as coisas*.” (PARO, 2014:33). Por isso, ele pode ser confundido com a autoridade, pois, de certa forma, os dois vão modificar as pessoas.

Muitos tentam “exercer” a autoridade através da coerção, como se as pessoas pudessem ser submetidas à mesma verdade e isso não é possível. “Ter” autoridade não significa que o indivíduo pode impor regras, porque quando é imposto não se tem mais autoridade.

Segundo Hannah Arendt, “a autoridade implica uma obediência na qual os homens retém a sua liberdade” (ARENDR, 2009:144). Essa é uma das

características da autoridade que por muitas pessoas é confundida com ordem e coerção, porque estas também aparecem em outros conceitos, como no próprio poder. Na educação é comum a confusão, pois é necessário deter a liberdade na relação entre professor e aluno. Não porque o professor tem poder, mas porque existe autoridade no papel e nas ações que ele exerce. Portanto, seria como se o aluno dissesse que autorizou ou que concedeu espaço ao professor e, por isso, precisa deter a sua liberdade para ouvi-lo.

Hannah Arendt pontua que a oscilação entre os processos ou governos liberais e conservadores é um reflexo da confusão de conceituação do que é liberdade, autoridade e poder. Como não há uma visualização do conceito há sempre uma tendência para o extremismo: ou com muita liberdade ou muito totalitário. Então, a autora considera que

as numerosas oscilações na opinião pública, que há mais de cento e cinquenta anos têm balançado a intervalos regulares de extremo ao outro, de um clima liberal a outro conservador, e de volta para outro mais liberal, tentando em certas ocasiões reafirmar a autoridade e, em outras reafirmar a liberdade, resultaram somente em um maior solapamento de ambas, confundindo os problemas, borrando as linhas distintivas entre autoridade e liberdade e, por fim, destruindo o significado político de ambas. (ARENDR, 2010:138)

Nesse trecho, a autora mostra como a confusão entre os termos acaba destruindo o significado político de cada um. Na instituição escolar, a confusão de conceitos acaba aproximando a autoridade do conceito de poder recorrentes em pedagogias mais conservadoras ou mais libertárias, como nos mostra Maria Lúcia de Arruda Aranha quando reflete sobre a crise na educação em sua obra *História da Educação e da Pedagogia*. A estudiosa afirma que crise entende-se também como uma crítica na raiz da palavra e

por conseguinte, a constatação do envelhecimento de alguma coisa que não serve mais, e ao mesmo tempo o esforço para entender, julgar e escolher- ou melhor inventar – novos caminhos. Com isso queremos dizer que não só a escola ou a pedagogia estão em crise, mas a humanidade encontra-se na transposição de uma nova era. (ARANHA, 2006: 244).

Dessa forma, toda a sociedade está passando por mudanças sociais, históricas e culturais, o colapso da transformação aparece também dentro da escola.

Autoridade, de acordo com Arendt, também não é igual à persuasão “A autoridade é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso.” (ARENDR, 2009: 129) Se há argumentos, não

existe a relação hierárquica que a autoridade necessita, mas sim uma relação de igualdade exigida em outras relações.

3. ÁREAS PRÉ-POLÍTICAS DA VIDA SOCIAL

Quando Hannah Arendt conceitua o que seria autoridade, ela a propõe dentro do campo da política. Percebe-se nos trechos apresentados pela autora que esse conceito realmente deixa de existir na perspectiva de fundação, de passado e sem conotação religiosa, no século XX. Porém, se analisadas, algumas áreas pré-políticas, como por exemplo, a escola e a família, mesmo que de uma forma muito conturbada ainda tentam preservar algum indício do que foi a autoridade, no sentido romano do termo, dentro dessas instituições. Porque quando se pensa em autoridade, mesmo que conectadas com outras concepções como o poder, há relação com papéis autoritários como do professor e dos pais.

As áreas pré-políticas para a filósofa apresentam mais gravemente a perda da autoridade porque

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade da civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através do mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros. (ARENDR, 2009:128)

A falta de autoridade nesses lugares desestabiliza a própria civilização porque fragmenta a sua continuidade ao não se relacionar com o mundo preestabelecido, conforme as declarações de Arendt.

Como apresentadas pela autora, as áreas pré-políticas seriam espaços da vida privada como a educação e família, enquanto as áreas consideradas políticas seriam públicas, como as relações entre os membros da sociedade como o todo, trabalho, igreja e serviços.

A filósofa coloca o espaço familiar e privado como um lugar seguro no qual a criança deve ser protegida do mundo, sendo inserida aos poucos a ele. Porém, quando ela vivencia uma educação totalmente pública, adulta e massificada, sem estar preparada para isso, a criança se torna responsável por ela mesma, perdendo a segurança da tradição que seriam responsabilidade do mundo adulto.

Hannah Arendt aborda a relação entre o público e o privado quando exemplifica no trecho abaixo:

introduz entre o privado e o público uma esfera social na qual o privado é transformado em público e vice-versa, mais difíceis torna as coisas para suas crianças, que pedem, por natureza, a segurança do ocultamento para que não haja distúrbios em seu amadurecimento. (ARENDR, 2009:238)

Segundo a autora, é necessário que essa separação seja muito nítida para que a criança se proteja de ações que apenas como adulta terá. Por isso, é inconcebível que haja uma tentativa de entregar uma criança ao mundo público, pois ela ainda não está preparada para ele. Assim, se ela não amadurece para o mundo adulto no tempo certo, o novo ser não poderá continuar a tradição porque essa não lhe foi transmitida.

A escola, outra área pré-política, ainda que de uma forma muito equivocada, busca preservar o que conheceu de tradição e de autoridade. Por mais que sejam defeituosos os métodos que a habitam, essa instituição tenta resgatar valores que a sociedade não consegue ter no mundo, como a própria autoridade. Tanto que a autora postula que “A fim de evitar mal-entendidos: parece-me que o conservadorismo, no sentido de conservação, faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre abrigar e proteger alguma coisa.” (ARENDR, 2009:242). Como a educação não consegue definir o que seria autoridade, o que preserva são relações de poder convenientes em um ambiente massificado.

3.1 TRÊS MEDIDAS DA CRISE NA EDUCAÇÃO

A pergunta que a autora coloca na primeira parte do texto “O que é autoridade?” questiona o que gerou realmente a crise na educação, já que a crise não aconteceu apenas no campo educacional. O que o torna importante é que nele estão os seres que estão “a vir ser” no mundo, que precisam de orientação para entender a vida, a tradição que já existem quando as crianças surgem.

Torna-se um caminho duplo de preservação de valores

a criança requer cuidado e proteção especiais para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo. Porém, também o mundo necessita de proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração (ARENDR, 2009: 235).

Diferente da educação vista no século XX e que continua no século XXI, não são os pais ou a escola que precisam se adaptar as crianças, mas os novos indivíduos, que necessitam se adaptar. A experiência do novo não pode ser colocada no lugar da fundação já existente, porque isso resulta em uma sociedade

na qual pais e professores esperam da criança autonomia e conhecimento para transporem sozinhas as etapas da vida, sem verem que é necessário interferirem com limitações em seu aprendizado.

Para demonstrar quais foram os fatores que acentuaram a crise na educação, Hannah Arendt conceitua três medidas que a precipitaram: um mundo da criança, como grupo separado dos adultos; o professor “não-autoritário” na escola e a substituição do aprendizado pelo fazer e do trabalho pelo brincar.

Na primeira medida, a autora ressalta que no mundo da criança, quando um adulto se redime da tarefa de educação, deixando-a sozinha para enfrentar as dificuldades das relações humanas, ele acaba a entregando ao mundo tirânico infantil, que é enfrentar, em um lugar desconhecido, situações que lhe são estranhas. Toda vez que isso acontece, o adulto acreditando que está emancipando a criança, na verdade, está abdicando a sua responsabilidade de transmitir e passar os valores que aquela criança precisa aprender.

Em segundo lugar, a autora alega que

a influência da psicologia moderna e dos princípios do Pragmatismo, a Pedagogia transformou-se em uma ciência do ensino em geral a ponto de se emancipar inteiramente da matéria efetiva a ser ensinada. Um professor, pensava-se, é um homem que pode simplesmente ensinar qualquer coisa; a sua formação é no ensino, e não no domínio de qualquer assunto particular. (ARENDR, 2009:231)

Arendt critica uma formação docente que não valoriza a matéria que precisa ser ensinada. Porque para a autora é essencial o saber específico para que cada professor não se torne alguém que ensina qualquer coisa sem dominar o objeto, porque assim como os pais, ele é responsável pela educação e de ter conhecimento. A estudiosa afirma ainda que, “Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade (...) a qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste”. (ARENDR, 2009: 239). Então, se o educador não possuir saberes mais especializados, ele não consegue instruir o aluno na sua relação e com o mundo, o que contribui para a perda da autoridade e, conseqüentemente, uma crise na educação.

Uma das bases que sustentam a autoridade dentro da instituição escolar é a autoridade no saber. Quando o professor não preserva a característica de ser uma referência, mesmo que instituída, de conhecimento, a autoridade fica do plano da educação. Para que o aluno conceda a autoridade ao professor, ele precisa ser referência da civilização em que ele (o aluno) ainda está aprendendo a viver. Por

isso, a forma como o professor desempenha o seu papel dentro da escola é fundamental.

A falta de conhecimento dos professores reflete nos educandos, fazendo com que eles deixem de atribuir autoridade ao professor, vendo-o apenas como mero reprodutor de discursos já ditos e prontos.

E por último, a crítica da autora aborda como a escola se transformou em uma “instituição vocacional”, no século XX

A intenção consciente não era a de ensinar conhecimentos, mas sim de inculcar uma habilidade, e o resultado foi uma espécie de transformação de instituições de ensino em instituições vocacionais que tiveram tanto êxito em ensinar a dirigir um automóvel ou a utilizar uma máquina de escrever, ou, o que é mais importante para a “arte” de viver, como ter êxito com outras pessoas e ser popular, quanto foram incapazes de fazer com que a criança adquirisse os pré-requisitos normais de um currículo padrão. (ARENDR, 2009:232)

Nessa medida, a escola não se relaciona apenas com o aprendizado, mas acaba tendo o papel de ensinar “algo prático” que irá contribuir com a sociedade. Quando existe também a substituição do trabalho pelo brincar, a educação da criança resulta em um mundo à parte como a primeira medida colocada. Assim,

Essa retenção da criança é artificial porque extingue o relacionamento natural entre adultos e crianças, o qual, entre outras coisas, consiste do ensino e da aprendizagem, e porque oculta ao mesmo tempo o fato de que a criança é um ser humano em desenvolvimento, de que a infância é uma etapa temporária, uma preparação para a condição adulta. (ARENDR, 2009:233)

Para concluir o mal que essas atitudes causaram na educação, Arendt resume que “a atual crise, na América, resulta do reconhecimento do caráter destrutivo desses pressupostos básicos e de uma desesperada tentativa de reformar todo o sistema educacional.” (2009:233). Portanto, a crise educacional é o reconhecimento de tudo que aconteceu na instituição escolar e também na família. As formas para se reparar os problemas encontrados não fogem da perspectiva politizada e de massa que fizeram a educação sucumbir. Por isso, a maioria das mudanças que até hoje são feitas, não conseguem resolver os problemas da educação.

Na educação, seja ela formal ou não, as pessoas *autorizadas* precisam-se assumir a responsabilidade de educar, de acordo com Arendt. Um fator que está desaparecendo sempre que a aprendizagem fica a mercê dos recém-chegados.

Pertence à natureza da condição humana o fato de que cada geração se transforma em um mundo antigo, de tal modo que preparar uma nova

geração para um mundo novo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados sua própria oportunidade face ao novo” (ARENDR, 2009: 226)

Para a filósofa, um mundo já existente, já velho, que tenta romper totalmente com o passado, tende a retirar das crianças a experiência do novo em um momento de amadurecimento, no qual esse novo fosse necessário.

Junto às medidas elencadas por Arendt, a educação formal da América tinha outra particularidade: esta não era pensada apenas para crianças, porém para uma sociedade em formação. Precisava então, ser planejada para um grande número de pessoas destinadas a um mesmo objetivo, como uma forma de igualar uma população heterogênea de imigrantes.

O conceito de igualdade sempre pertenceu aos princípios americanos com o intuito de fazer com que todos participassem e se sentissem pertencentes à América. Entretanto, ele tornou a educação massiva e padronizada, a qual não visualiza o processo educativo individualizado.

Nos E.U.A., esse sistema de ensino condenou as crianças a um mundo particular, isolando-as do contato com o espaço adulto e as categorizando. Além disso, o modelo americano se espalhou para outros lugares, inclusive no Brasil, no qual é presenciada em muitas escolas, a educação de massa.

Mesmo que politicamente tente-se aceitar e admitir a diferença em instituições como a escola, o que permanece nelas é a insistência em um padrão e uma classificação do que é bom e ruim. Quando esse padrão não é atingido, o problema não está no sistema escolar que ignora as diferenças, mas no indivíduo, seja professor ou aluno. Isso intensifica a ideia de que a política da educação massiva não é considerada um problema por um sistema que planeja a educação.

4. O CONCEITO DE MASSA

A autora não se refere ao conceito de massa nesse texto, entretanto é possível identificá-lo na ideia de igualdade presente em seu texto sobre “A Crise na Educação”. Segundo Hannah Arendt, na obra *Origem do Totalitarismo* (2012:438), “O sentimento de superfluidade do homem da massa – foi um fenômeno inteiramente novo na Europa (...)” A concepção de massa, nasce com a Modernidade, depois das dificuldades sofridas em decorrência do desemprego e do crescimento populacional na Europa.

De acordo com Arendt, massa é um termo que

só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores (...) constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.(ARENDR, 2012: 439)

Composta por várias pessoas que não conseguem se identificar ou terem o sentimento de pertencer a algum grupo social, a massa é visivelmente um aglomerado de pessoas que não têm uma individualização latente. Quando a autora propõe esse conceito, ela o exemplifica com o que aconteceu durante os regimes totalitários, na Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a população que estava sem perspectivas de mudanças e sem acreditar em transformações políticas possíveis, aderiu sem questionar aos regimes. Entretanto, a massa continuou existindo mesmo depois do término da guerra, permanecendo nas ideias capitalistas, nas propagandas, nos governos e na própria escola.

Portanto, o conceito de igualdade que tinha o intuito de admitir a todos e tornar a todos cidadãos americanos, influenciou a educação, modificando e transformando a escola em uma grande massa de pessoas, fazendo-a ser uma forma de dominação e padronização e não um local de aprendizagem.

Por isso, muitos autores se propuseram a pensar sobre as instituições sociais que estão presentes na sociedade como igreja, escola e a até mesmo a prisão. Quando se pensa no papel da escola e de como ela se transformou em algo problemático, um dos fatores visíveis que corroborou para a crise educacional foi a massificação e, ao lado dele, a perda do conceito romano de autoridade. Erving

Goffman em *Manicômios, Prisões e Conventos* (2005), estuda instituições que permitem ver como funciona em grande escala a massificação.

Para o autor, essas instituições são “estabelecimentos sociais – instituições, no sentido diário do termo, - locais, tais como salas, conjunto de salas, edifícios ou fábricas em que ocorre atividade de determinado tipo.” (GOFFMAN, 2005:15). Nessa descrição, encontram-se os Mosteiros, Hospitais e Escolas, por exemplo. A máxima desses locais está em estabelecer padrões, sejam eles de religião ou de educação. Por isso, é possível aproximar essas instituições. Esses padrões, Goffman (2005) afirma que existem nesses locais através do “fechamento” e “bloqueio” que são indicados pelas limitações impostas pelos dirigentes – ou professores- com o objetivo de impedir que seus membros transitem entre o interior e o exterior da instituição. A escola é um meio que acaba sendo artificializado e, de certa forma, fechado em seu próprio mundo, por dificilmente se relacionar com as situações sociais que estão fora dela.

As escolas se encaixariam em um modelo que tem “a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho” (GOFFMAN, 2005:17). Com o propósito de educar, cria-se um local artificial que simula a igualdade entre as pessoas para se atingir um proposto pedagógico. O que é acentuado pelos alunos fazerem a mesma atividade, da mesma forma, tentando atingir um padrão. Além disso, as atividades têm tempo determinado, eliminando qualquer forma de diferenciar o tempo de cada um. Dessa forma, a igualdade que a escola tenta atingir, na verdade, é reflexo da massa.

Na escola, a divisão em séries por idade, faz com que os alunos possuam o mesmo tipo de experiência e não convivam com outras crianças e pessoas de idades diferentes. Mesmo que existam as séries multisseriadas, elas ainda são poucas e escassas. As relações sociais presentes no mundo proporcionam experiências diferentes, e o que acontece na escola é a tentativa de transformar as pessoas e situações diferentes em iguais.

Para isso, as características mais frequentes que os professores têm, se pensarmos na escola, são a vigilância e a tentativa de controle. Assim, o educador se torna mais alguém que controla comportamentos do que um mediador de conhecimentos. Sobre o poder da vigilância e do controle, Goffman ressalta que é “fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da

obediência visível e constantemente examinada dos outros.” (GOFFMAN, 2005:18). Dessa forma, além do professor, é esperado que todos entorno dos alunos cobrem um dos outros a eficiência nas atividades.

Nas relações entre os membros da escola como professores, diretores, coordenadores e alunos, o estudioso evidencia que esses grupos formam estereótipos um dos outros. Os professores veem os seus educandos por seus defeitos ou atributos e, os alunos veem os professores da mesma forma. O que comprova, os rótulos que são desenvolvidos em uma aprendizagem massificada.

Portanto, a escola converte-se em um sistema de superioridade e inferioridade, pelo viés do poder, na tentativa de uma educação que, na maioria das vezes, se faz distorcida e afastada do conceito de autoridade. É possível presenciar na escola o controle sobre o outro, porque ela cria um mundo paralelo que desconsidera ações e características diferentes daquelas requeridas na instituição e que estão presentes no mundo adulto.

Os locais totais têm sempre a pretensão de submeter o indivíduo a algum propósito comportamental. Mas, no caso da escola, o discurso atual é diferente, porque as instituições tentam mostrar que valorizam as diferenças. Entretanto, as aulas e o sistema educacional que ainda existem prejudicam essas diferenças. Um exemplo possível, acontece quando é preciso fazer a mesma atividade para todos os educandos, mesmo eles sendo diferentes e tendo aprendizados diferentes. Uma instituição como essa ataca o *eu*, quando tenta minimizar a criatividade ou a individualidade dos alunos.

Contudo, se o sistema de educação desencadeou um controle no comportamento dos alunos, desenvolvendo a massa, o professor como responsável pelo ensino, em seu papel autoritário não consegue se desvencilhar dessas determinações, o que o desautoriza ainda mais para o ensino.

De acordo com Goffman, “o internado não pode fugir facilmente da pressão e de julgamentos oficiais e da rede envolvente de coerção. A instituição total assemelha-se a uma escola de boas maneiras.”(GOFFMAN, 2005:44). Mesmo se referindo a instituições de educação fechadas como o internato, a semelhança pode ser vista na escola, quando dos alunos são exigidos comportamentos silenciados e sentados.

Como as relações dentro da escola são frágeis e não existe a hierarquia da autoridade, uma das formas encontradas pelos educadores e dirigentes, para que

os alunos prestem atenção é da premiação, através da nota. Goffman nos mostra isso nas instituições totais “apresenta-se um pequeno número de prêmios ou privilégios claramente definidos, obtido em troca de obediência, em ação e espírito, à equipe dirigente.” (GOFFMAN, 2005: 50). Nesse caso, tem-se a persuasão como princípio e não a autoridade. As premiações reforçam o exercício de poder presente na educação. Já quando não se cumpre o que foi designado existe a punição, como ficar sem nota, reprovar de ano, ir para a sala do pedagogo.

A educação, dessa forma, passa a ser muito menos voltada a aprendizagem e muito mais comportamental. Além disso, os educandos quando são vistos como problemas no sistema educacional se tornam “objetos inanimados”. (GOFFMAN, 2005: 70), porque não existe uma verdadeira relação pessoal entre os alunos e professores, o que neutraliza qualquer percepção das verdadeiras dificuldades de cada um.

Pode-se inferir que isso se torna ainda mais grave quando temos uma educação fragmentada, em modificação constante em um país em desenvolvimento como o Brasil. Se na América havia a pretensão de ter as pessoas como cidadãos americanos, no Brasil, existe o objetivo de apenas inserir as pessoas na escola sem equilibrar a qualidade do que é ensinado com a possibilidade de um futuro melhor.

Como a falta de autoridade e o conceito de massa estão ligados à falência do sistema educacional, porque a base de toda educação é a transmissão de uma tradição e de autoridade, pensando nos indivíduos e não em uma massa, como e por que ensinar? Talvez esse seja o problema que a instituição escolar não consegue resolver e entender. Pois, independente das transformações sociais, a escola não consegue estabelecer uma relação verdadeira com os indivíduos, que corrobore de uma forma mais verdadeira com os saberes propostos.

Por isso, se não há uma relação estável entre a criança e o mundo público, o relacionamento afetará o desenvolvimento da própria criança “Quanto mais radical se torna a desconfiança face à autoridade na esfera pública, mais aumenta, naturalmente, a probabilidade de que a esfera privada não permaneça incólume”. (ARENDDT, 2009:241).

Arendt coloca como a verdadeira dificuldade da educação moderna, a crise da autoridade e Goffman realça que o surgimento de uma educação de padrão (massiva) afetam o indivíduo de uma forma agressiva, o que para o professor

torna-se ainda mais difícil, pois “é de seu ofício servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado”. (ARENDR, 2009:244). Mesmo sem autoridade e a tradição que a filósofa aponta, o educador ainda precisa existir e o aluno também. E a relação deles, por mais contraditória, ainda continua sendo uma busca pelo mundo de alguma forma.

Dessa maneira, “A educação é também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos.” (ARENDR, 2009:247). A formação não acontece sozinha, a criança precisa de referência.

O problema da falta de relação entre quem educa e quem aprende é quando o professor usa o poder como meio para mediar o conhecimento. Pensando na educação é possível refletir nas punições que acabam acontecendo, quando um professor “sem” autoridade, tenta exercer o seu poder, através de conteúdos, comportamentos e punições. É comum perceber que o poder está presente, por exemplo, na tentativa de se silenciar uma sala de aula, na qual o aluno precisa aceitar ordens, mesmo que elas não sejam as mais corretas. Quando essas ordens não são acatadas é necessário acontecer repressão e a correção porque a ordem escolar não pode ser alterada.

De acordo com Paro, “Todo processo educativo envolve, por um lado, alguém com a pretensão de modificar comportamentos alheios (educador) e alguém cujos comportamentos se supõem passíveis de serem modificados (educandos).” (2005:14). Assim, imagina-se que é necessário exercer o que chamamos de autoridade para que essa educação aconteça, como se a autoridade fosse algo imposto e inserido no ser que precisa se tornar um cidadão. O que se torna um equívoco porque a educação e autoridade modificam a percepção das pessoas, mas não pode ser vista como algo imposto por causa da hierarquia que estabelece, é sempre algo transcendente e recebido, como dito anteriormente.

Portanto, os processos que atingiram a educação com o passar dos anos fizeram-na diluir ainda mais o conceito de autoridade, o que foi acentuada pela perda da tradição. No âmbito escolar, essas mudanças desencadearam uma educação que não consegue atingir seus alunos, por ser uma réplica de instituições que privam as pessoas, como internatos e manicômios. E, sobretudo, as transformações estimularam uma educação pobre e de massa.

5. CONCLUSÃO

Com esse trabalho buscou-se esclarecer os conceitos de autoridade e poder presentes nas discussões de Hannah Arendt que diferem das concepções que muitas pessoas têm na atualidade, por causa da semelhança entre as características do conceito de poder e de autoridade. Esses apontamentos foram pautados com o intuito de verificar como esses conceitos refletiram e ainda refletem na educação, questionando a instituição escolar de hoje, verificando quais foram os fatores que resultaram em uma forma de educar muito fragmentada.

Conclui-se que autoridade e poder são conceitos distintos, porque a autoridade não é imposta pelo indivíduo e, além disso, não é ele que tem ou não a autoridade, mas são as outras pessoas que concedem a ele. Em contraponto, o poder é imposto e depende apenas do indivíduo, sem depender de algo externo e anterior a ele.

Na educação formal, esses conceitos foram retirados da escola a partir do momento que o ensino se tornou um instrumento político para igualar os cidadãos e dele, se instaurou uma padronização, com o objetivo de igualar as pessoas. No Ocidente, foram os Estados Unidos que difundiram o modelo educacional que se espalhou pelo mundo, influenciando a fragmentação da escola, porque aderiu a perspectivas pedagógicas que visavam à autonomia do educando sem considerar a sua entrada no mundo adulto e na tradição.

A falta de autoridade do professor e a substituição do fazer pelo brincar e do trabalho pelo lazer foram responsáveis por agravarem a crise na educação, e portanto, a massificação da escola e a sua politização terminaram por retirar da escola o conceito de autoridade e com ele foram perdidas características que tornavam a educação muito mais significativa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

ARENDT, Hannah. *O que é autoridade?; A crise da educação*. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 5ª edição, 2009.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

PARO, Vitor Henrique. *Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.